

## Programa de Aceleração do Crescimento II: O PAC e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Analisando o rol das medidas propostas pelo Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, percebe-se seu impacto sobre as cidades e sobre a política de desenvolvimento urbano. Em linhas gerais, o PAC, se aprovado, segundo seus propositores, vai investir 106,3 bilhões em Habitação e R\$ 40 bilhões em Saneamento até 2010. O montante contabiliza recursos oriundos ou geridos pela União, investimentos do setor privado e contrapartida de estados, municípios e mutuários. O PAC também estabelece a aplicação de R\$ 3,1 bilhões nos metrô de Belo Horizonte, Fortaleza, Recife e Salvador. Devido a sua abrangência, vale a pena fazermos uma breve síntese das propostas setoriais previstas pelo PAC nas áreas de habitação, saneamento ambiental e transportes:

a) **Habitação** - Para 2007 estão previstos investimentos de R\$ 27,5 bilhões, sendo:

1. R\$ 9,2 bilhões de fundos geridos pelo Governo (FGTS, FDS, FAR e FAT);
2. R\$ 8,8 bilhões repassados por meio de empréstimos para pessoas físicas e R\$ 1 bilhão para o setor público;
3. R\$ 2,6 bilhões do Orçamento Geral da União - OGU;
4. R\$ 10,5 bilhões da caderneta de poupança, com recursos operados pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, incluindo Caixa Econômica Federal; e
5. R\$ 4,6 bilhões aplicados por meio da contrapartida de pessoas físicas e governos contemplados com crédito para moradia.

Para os próximos três anos, R\$ 78,8 bilhões devem ser investidos sendo R\$ 26,7 bilhões dos fundos, R\$ 7,5 bilhões do OGU, R\$ 31,5

bilhões do SBPE e R\$ 13,1 bilhões das pessoas físicas, estados e municípios tomadores de empréstimo. No total, serão R\$ 106,3 bilhões, visando atender 4 milhões de famílias com a construção de casas, aquisição de terrenos, reforma de imóveis, compra de material de construção e urbanização de assentamentos precários, de forma a combater o *déficit* habitacional, que hoje atinge 7,9 milhões de pessoas.

Do total de recursos para habitação, houve um aumento real dos recursos do orçamento geral da União, chegando à ordem de 2,6 bilhões por ano, e totalizando 10,1 bilhões em 4 anos. Em que pese a importância do volume de recursos previstos, é fundamental destacar que os recursos não onerosos são insuficientes, recursos estes especialmente adequados para atender as famílias de baixa renda (até 3 salários mínimos), onde está concentrado 83% do *déficit* habitacional do país, o que exige a ampliação dos recursos e subsídios destinados à população de menor renda, maioria absoluta do *déficit* habitacional brasileiro. Além disso, é preciso garantir que os recursos para habitação popular sejam alocados no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de forma que sua aplicação seja feita com controle social, acompanhada pelas organizações populares, fortalecendo as cooperativas e associações habitacionais. Por fim, é preciso levar em consideração que o desenvolvimento sustentável de um programa habitacional de larga escala não será realizado com êxito se não houver investimentos em regularização fundiária e em assessoria técnica.

**Saneamento Ambiental** - Estão previstos investimentos de R\$ 40 bilhões para obras de saneamento, sendo:

1. R\$ 12 bilhões do OGU, com R\$ 1,8 bilhão aplicado ainda em 2007;
2. R\$ 12 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT para financiar o setor público, sendo R\$ 3 bilhões disponíveis em 2007; e
3. R\$ 8 bilhões do FGTS e do FAT para o setor privado (sendo R\$

2 bilhões para 2007); e R\$ 8 bilhões de contrapartida, com repasse de R\$ 2 bilhões ao ano.

Segundo os idealizadores do PAC, a distribuição dos investimentos será feita de acordo com as necessidades de cada região, com a previsão de 52% dos recursos aplicados nos grandes centros urbanos ou cidades com mais de 1 milhão de habitantes, onde o *déficit* de serviços é maior, 21% nos municípios com até 60 mil habitantes, 16% nas cidades com população de 60 a 200 mil habitantes e 12% nas metrópoles com até 1 milhão de pessoas. A estimativa é de que sejam empregados R\$ 15,5 bilhões na região Sudeste, R\$ 9,6 bilhões no Nordeste, R\$ 7,4 bilhões no Sul, R\$ 3,9 bilhões no Norte e R\$ 3,6 bilhões no Centro-Oeste.

Segundo os autores da proposta, os investimentos previstos na área de saneamento ambiental representam um avanço em relação à retomada dos investimentos iniciada em 2003, o que permite criar as condições para a sustentabilidade das ações. A meta estabelecida pelo PAC é de ampliar em 7,3 milhões os domicílios atendidos com rede de tratamento de esgoto, em 7 milhões as ligações de abastecimento de água e em 8,9 milhões as residências com coleta e destinação adequada do lixo. Além disso, o Programa prevê prioridade às ações de saneamento integrado em favelas e palafitas, o que implica em articular as ações aos programas de habitação popular. Os investimentos previstos no PAC devem estar em acordo com a política nacional de saneamento ambiental e com o plano nacional de saneamento básico nele previsto, de forma a garantir a universalização do acesso aos serviços de saneamento ambiental.

**Transportes e Mobilidade** - Na área de transportes, o PAC está centrado no investimento em metrô, com recursos previstos de R\$ 3,1 bilhões até 2010, sendo R\$ 721 milhões para 2007.

A meta é concluir as obras dos metrô de Belo Horizonte, Fortaleza, Recife e Salvador, visando à melhoria do sistema de transporte público e a ampliação em 609 milhões da quantidade de passageiros atendidos por ano. Além disso, o PAC prevê a

transferência da gestão dos metrô das localidades para as esferas responsáveis pela gestão do transporte metropolitano.

Como pôde ser observado, os investimentos em transportes previstos no PAC estão concentrados no Nordeste (exceção para o metrô de Belo Horizonte) e em áreas metropolitanas, o que requer uma discussão das ações previstas de forma que estas tornem-se adequadas à concepção de mobilidade urbana e direito à cidade, fortaleçam o transporte público nas suas diversas modalidades e estejam articuladas às intervenções no campo da habitação popular e do saneamento ambiental.

As intervenções urbanas do PAC indicam que o Ministério das Cidades terá um papel fundamental na implementação de muitas das ações previstas. O êxito dessas ações, portanto, depende do fortalecimento do Ministério, da sua capacidade de articular as intervenções de habitação, saneamento ambiental e transportes em torno da política de desenvolvimento urbano e do envolvimento e da participação da sociedade através do Conselho das Cidades. Nessa direção, é fundamental que o Ministério das Cidades participe, junto com a Casa Civil e com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, da gestão do PAC. Além disso, é fundamental que sejam criados espaços de discussão e participação da sociedade na gestão do PAC, através do Conselho das Cidades e de outros conselhos nacionais.

A recente constatação do Tribunal de Contas da União - TCU, de irregularidades na liberação de verbas de emendas parlamentares do Ministério das Cidades para municípios, demonstra que o referido Ministério não faz análise técnica dos projetos financiados a pedido de deputados e senadores, o que gera obras inacabadas, superfaturamento e projetos desnecessários - ou seja, desperdício de dinheiro público. Baseado nestes fatos, muito nos preocupa que se o Ministério das Cidades não tem capacidade de analisar pequenos projetos locais, certamente não terá como ter uma função estratégica para as intervenções do PAC.

Vemos também, que a região Nordeste, curiosamente a região

onde o presidente Lula teve maioria percentual de votos, foi a mais contemplada com tais medidas, mesmo apesar da região Sudeste ser a que comporta o maior número de habitantes. A priorização política não deve se sobrepujar às prioridades nacionais. Portanto, mais do que querer agradar a quem elegeu o atual presidente, precisamos sim, é de um projeto que ataque os reais problemas existentes no país, sem intenções políticas. O Rio de Janeiro, neste contexto, não pode ser mais uma vez esquecido.